



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**22/04/2016**

# INDICE

---

1. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
1.1. OBRAS / REFORMAS.....	1 - 2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. DECISÕES.....	3 - 4
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. COMARCAS.....	5 - 7
3.2. PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	8
3.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	9

## SEGURO

# Diretoria do TJMA atesta que não há risco de desabamento no Juizado de Trânsito

Em face das notícias veiculadas na página do SINDJUS – Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão - e no blog do jornalista Daniel Matos, no que diz respeito à matéria “Servidores denunciam risco na estrutura no Juizado Especial de Trânsito”, o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA) informa e esclarece a real situação do prédio da unidade, visitado na última terça-feira (19), pela Diretoria de Engenharia, Obras e Serviços, com o objetivo de avaliar as condições da estrutura do forro de gesso acartonado, cobertura geral e fissuras apresen-



### Vistoria não encontrou indícios de desabamento

tadas em paredes e pilares.

Ao contrário do que foi noticiado, segundo a Diretoria de Engenharia, não há risco de desabamento iminente, no imóvel onde está instalado o Juizado Espe-

cial de Trânsito - situado na Rua CEMA, s/n, bairro Vila Palmeira, São Luís (MA). Na vistoria realizada, não foram encontrados indícios que possam levar ao desabamento do forro

em gesso acartonado instalado em toda a edificação, nem defeitos ou anomalias no madeiramento da cobertura.

Foi constatado, entretanto, que há locais pon-

tuais com telhas de fibrocimento quebradas, o que proporciona o surgimento de goteiras, mas que não comprometem a estrutura física do forro existente. Em relação aos “fortes estalos”, ocorridos no forro e percebidos pelos servidores, a Diretoria informa que tais ruídos são provenientes da dilatação térmica do gesso, decorrente da diferença de temperatura entre o meio interno e área externa. Outras fissuras em diversos locais do prédio foram detectadas, mas também decorrentes da dilatação térmica do reboco existente, não configurando problemas estruturais nas paredes e pilares.

Pela vistoria, nenhum dos problemas encontrados na estrutura física do prédio é de grave complexidade e nem compromete a segurança e a integridade física dos servidores, usuários e magistrados.

De qualquer forma, a Diretoria e Engenharia, Obras e Serviços já tomou as providências necessárias para a realização dos serviços de revisão de toda a cobertura do imóvel, no período de 20 a 22 de abril de 2016, com a finalidade de corrigir as falhas encontradas, não sendo necessária a interdição do imóvel, durante a realização dos reparos.

# Clima é de apreensão, após incêndio no Mercado Central

Comerciantes que trabalham no local estão preocupados com falta de infraestrutura no prédio antigo; espaço está no cronograma de reformas do projeto do PAC Cidades Históricas, mas obras ainda não foram iniciadas

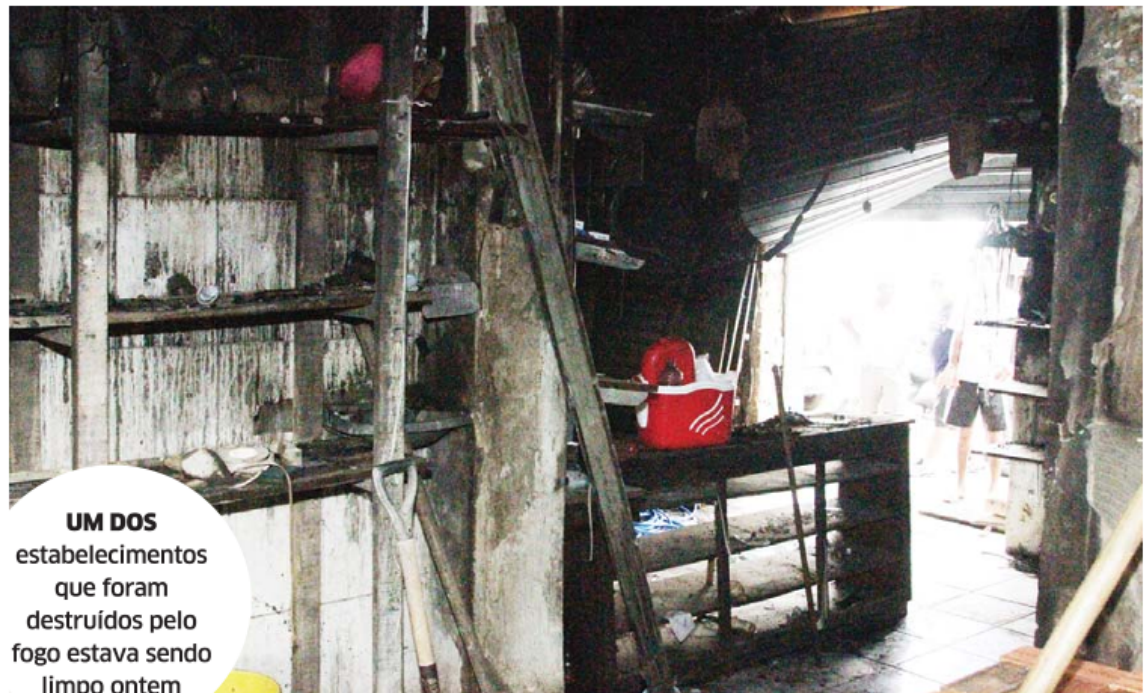
**A**pós o incêndio que atingiu um dos boxes do Mercado Central, na manhã da última quarta-feira, 20, os comerciantes estão ainda mais preocupados com o estado do prédio. Os problemas de infraestrutura no mercado são antigos e uma grande reforma era esperada há muitos anos por eles. Com o incêndio, um clima de apreensão se instalou no local.

O incêndio começou por volta das 6h e foi controlado por homens do Corpo de Bombeiros. As chamas atingiram cinco estabelecimentos, destruindo completamente um deles. Na manhã de ontem, os proprietários deste box limpavam o espaço e faziam os primeiros reparos emergenciais.

De acordo com eles, onde eram comercializados animais, ração, artesanato e ferragens, o prejuízo ainda era incalculável. Além das mercadorias perdidas, eles teriam que arcar com a expedição de novas licenças do Ibama e, principalmente, com a reforma total da estrutura do estabelecimento, incluindo a laje que ficou destruída.

## Preocupação

O incidente chamou a atenção para os problemas de falta de infraestrutura no local e a necessi-



**UM DOS estabelecimentos que foram destruídos pelo fogo estava sendo limpo ontem**

dade de uma reforma no prédio. Os comerciantes contam que estão temerosos por causa das condições em que se encontra o mercado. A fiação elétrica e a própria cobertura do prédio preocupam ainda mais depois do incêndio.

Cleonice Matos, uma das comerciantes do local, contou que a família trabalha no mercado há mais de 50 anos e foram poucos os reparos realizados nesse período. "Meu pai conta que já são quatro governos que entram,



**Proximidade entre os boxes deixa apreensivos os comerciantes**

fazem projeto e maquete e a reforma nunca sai do papel. Com esse incêndio, corre o risco de comprometer a estrutura”, disse.

Lucinete dos Santos, que vende refeições no mercado, também teme que novos incêndios aconteçam. “Se fosse de madrugada, teria queimado tudo. Tenho medo de cair a laje também porque ela está destruída. É o jeito a gente se arriscar para trabalhar. Já estamos há muito tempo esperando que façam alguma coisa. Talvez, finalmente, façam”, afirmou.

### **Intervenção**

A reforma do espaço está prevista no rol de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas. Contudo, os serviços ainda não foram iniciados e ainda não há uma previsão para o começo das obras. A Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é responsável pela coordenação do programa no estado. A obra está orçada em R\$ 8 milhões.

O Ministério Público já acompanha o problema de feiras e mercados da capital. Desde 2001, a então Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Cidadão (hoje, 11ª Promotoria de Justiça Especiali-

### **SAIBA MAIS**

**Em 2012 foi aprovado o orçamento de R\$133 milhões para restaurar prédios públicos de São Luís pelo PAC Cidades Históricas. Estavam previstas 44 obras, entre elas a reforma do Mercado Central.**

zada na Defesa dos Direitos Fundamentais), ingressou com uma Ação Civil Pública por reforma e adequação de 27 feiras e mercados, entre eles o Mercado Central.

A ação foi sentenciada, inicialmente, em junho de 2012, favorável ao pedido do MP. A Prefeitura de São Luís, no entanto, ingressou com diversos recursos, todos vencidos pelo Ministério Público. A última confirmação da sentença, de agosto de 2015, dava prazo de 120 dias para a realização das obras, sob pena de multa diária de R\$ 15 mil.

O Tribunal de Justiça do Maranhão, porém, acatou um Agravo Regimental proposto pela Prefeitura de São Luís. Apesar de todos os esforços do Ministério Público do Maranhão, o Poder Judiciário manteve a decisão que suspendeu a necessidade de cumprimento da sentença até fevereiro de 2017. ●

## **Debate sobre venda de bebidas**

Uma audiência pública em Olho d'Água das Cunhãs, realizada nesta terça-feira (19), teve como tema o combate à venda de bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes que moram na comarca. A audiência foi promovida pelo Poder Judiciário, Ministério Público do Maranhão, Conselho Tutelar, Polícia Militar e Município de Olho d'Água das Cunhãs. Na oportunidade foram discutidas com a sociedade e representantes desses órgãos, as medidas e adoção de parcerias para combater a venda de álcool às crianças e aos adolescentes, fato comum na cidade. Durante o evento foram abordados assuntos ligados aos malefícios do álcool à saúde, em especial nas pessoas em desenvolvimento, como crianças e adolescentes.

## Kentre Knós

\*\*\*A 3ª Vara da comarca de Itapecuru-Mirim (117 km da capital) está com inscrições abertas para seleção de projetos sociais que objetivam receber recursos financeiros arrecadados com as transações penais, prestações pecuniárias e suspensão condicional do processo ou da pena. As inscrições podem ser realizadas na secretaria judicial da unidade até o dia 14 de maio.

\*\*\*No edital assinado pela juíza Laysa de Jesus Paz Mendes, titular da 1ª Vara e respondendo pela 3ª Vara de Itapecuru-Mirim, consta que entidades públicas ou privadas, com comprovada finalidade social, sediadas em quaisquer municípios que compõem a comarca (Itapecuru-Mirim ou Miranda do Norte) podem participar do processo de seleção.



## **Inscrições para projetos sociais**

A 3ª Vara da comarca de Itapecuru-Mirim (117 km da capital) está com inscrições abertas para seleção de projetos sociais que objetivam receber recursos financeiros arrecadados com as transações penais, prestações pecuniárias e suspensão condicional do processo ou da pena. As inscrições podem ser realizadas na secretaria judicial da unidade até o dia 14 de maio. No edital assinado pela juíza Laysa de Jesus Paz Mendes, titular da 1ª Vara e respondendo pela 3ª Vara de Itapecuru-Mirim, consta que entidades públicas ou privadas, com comprovada finalidade social, sediadas em quaisquer municípios que compõem a comarca (Itapecuru-Mirim ou Miranda do Norte) podem participar do processo de seleção.

## **Expediente no Judiciário**

Os atendimentos, prazos, audiências e sessões de julgamento ocorrem normalmente no Poder Judiciário do Maranhão, nesta sexta-feira (22), tanto na capital quanto nas comarcas do interior. No Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), acontece a sessão das Câmaras Criminais Reunidas, com julgamento de processos físicos e eletrônicos. Os feriados, pontos facultativos e suspensões de expediente no Judiciário estadual de 2016 estão regulamentados pela Resolução nº 39/2015, do Gabinete da Presidência.



**ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Pregão Eletrônico nº 17/2016  
Processo nº 5527/2016

**Objeto:** Aquisição de Equipamentos de Comunicação e Telefonia; **Abertura:** 05/05/2016, às 10:00 horas (horário de Brasília); **Local:** Site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br); **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, à Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA, CEP: 65.010-190; **Email:** [divcontratos@tjma.jus.br](mailto:divcontratos@tjma.jus.br). **Fone:** 98 3261 6181. São Luís/MA, 19 de abril de 2016. **André de Sousa Moreno** – Pregoeiro.